

PALÁCIO PIRATINI, UM PATRIMÔNIO DOS GAÚCHOS

Carolina Campos da Costa*

Resumo: O presente artigo pretende expor a importância do Palácio Piratini, sede do governo do estado do Rio Grande do Sul, como patrimônio histórico cultural, sendo sua existência relevante a cultura do povo gaúcho, percebendo sua historicidade dentro do desenvolvimento do Estado. Analisando-o sob a ótica da Educação Patrimonial, remete-se sua participação na contextualização da história local.

Palavra-chave: Palácio Piratini, Educação Patrimonial, História local, Cultura.

INTRODUÇÃO

A palavra patrimônio tem diferentes sentidos, mas o que mais significamos é que o uso deste conceito é recente na história da preservação, conservação e educação. Quando ouvida ou lida, esta palavra pode soar familiar, estranho ou distante do cotidiano de pessoas de diferentes realidades sociais. Essa é uma das sedes de governo com mais tradição histórica. Entende-se que é nossa responsabilidade manter e preservar este patrimônio que tanta história contém e que tanto representa para o Rio Grande do Sul. A cidade histórica é sem dúvida, um documento e, portanto, um referencial de nossa diversidade cultural, dos mais ricos e dinâmicos, e com o qual possamos trabalhar.

Segundo Zettel (1997) o patrimônio cultural é visto atualmente como testemunho tangível das atividades das sociedades do passado, e asseguradores da continuidade de uma cultura. Da preservação deste objeto depende conseqüentemente a sobrevivência da cultura em questão, e do aprofundamento gerado pelo estudo destes bens e da compreensão dos valores que a integram e estruturam. Por isso estuda-se o meio e a localidade, sendo esta análise indicadas como renovadoras do ensino da história e hírido ao desenvolvimento da aprendizagem, inserindo a cultura patrimonial na comunidade da qual faz parte, criando suas próprias historicidade e identidade. A supervalorização dessa perspectiva de ensino ascendente gera a ilusão de que a realidade imediata é a única fonte motivadora de informação.

* Graduanda do curso de Turismo da Pontificia Universidade Catolica do Rio Grande do Sul - PUCRS

1. A CASA DO POVO

O Palácio Piratini é a atual sede do Poder Executivo do Rio Grande do Sul. Está situado na Praça Marechal Deodoro, mais conhecida como Praça da Matriz, no centro de Porto Alegre. Foi ocupado pela primeira vez em 17 de maio de 1921, quando o então presidente do Estado Antônio Augusto de Medeiros decidiu mudar-se



Fig. 1 Herrmann Wendroth, 1852

para o novo prédio, que foi construído para substituir o antigo Palácio de Governo - Palácio de Barro (fig.1) - que existia no mesmo local, e que havia sido edificado no ano de 1773 por ordem do governador José Marcelino de Figueiredo, e foi sede do governo por 107 anos, em fins do século XIX, esse prédio original encontrava-se em péssimo estado, demandando a construção de um novo, o que aconteceu por ordem do presidente do estado Júlio Prates de Castilhos, em 1894, nesse mesmo ano teve início sua demolição e o governo transferiu-se para o “Forte Apache”, prédio onde hoje está o Memorial do Ministério Público, também na Praça da Matriz, porém as obras foram paradas, pois não agradavam ao governo. O Palácio Piratini é considerado uma das obras mais requintadas das primeiras décadas do século XX.

O arquiteto Affonso Hebert, da Secretaria de Obras Públicas, foi o primeiro a projetar o novo palácio, sendo logo iniciadas as obras. O projeto foi suspenso pelo novo presidente do Estado, Carlos Barbosa, com a justificativa de que ele não se adequava às exigências da época (FERREIRA FILHO, 1980, p.15). Uma equipe de técnicos do Estado foi enviada a Paris, em 1908, para organizar um concurso internacional de projetos. O vencedor substituiria o de Hebert. Somente dois arquitetos inscreveram-se: A. Agustín Rey e A. Janin. Seus projetos foram premiados, mas, como os de Hebert, não foram aproveitados. Contratando um terceiro arquiteto, o francês Maurice Gras, para dar a forma final ao projeto já iniciado. Maurice se propõe a desenvolver uma nova proposta. Idéia aceita, em 20 de setembro de 1909 é lançada a segunda pedra fundamental do palácio e as obras reiniciam. O prédio, de marcante influência neoclássica, foi inspirado no Petit Trainon, de Versailles, segundo alguns pesquisadores. Para marcar a entrada principal e embelezar o pátio interno, entre as alas governamental e residencial, Gras encomendou ao artista francês Paul Landowski, o mesmo artista que criou o Cristo Redentor do Corcovado, no Rio de Janeiro, três esculturas. As que representam a Agricultura e a Indústria estão na fachada principal. O grupo escultórico A Primavera, no

jardim. A arte de Paul Landowski também está presente no pátio interno, com o grupo escultórico *A Primavera*. No jardim, uma fonte com temas egípcios e uma escultura do Negrinho do Pastoreio, de Vasco Prado. No saguão principal, uma suntuosa escadaria de mármore francês dá acesso ao gabinete do governador, onde existem raridades: um antigo telefone folheado a ouro, presente da Companhia Telefônica a Borges de Medeiros, e um tapete de 42 metros quadrados, datado de 1930.

Nos salões Negrinho do Pastoreio e Alberto Pasqualini, os lustres são réplicas dos existentes no Palácio de Versalhes. Murais do pintor italiano Aldo Locatelli ilustram episódios da História do Rio Grande do Sul. Parte do mobiliário foi fabricado por presidiários da antiga Casa de Correção de Porto Alegre, e as soleiras e rodapés foram esculpidos em mármore de Carrara.

Detalhe importante é que dentro de sua obra, o arquiteto fazia questão de trazer algo que remetesse à França, o material empregado, desde o alicerce às estuques em gesso, são provenientes de seu país, mas não apenas pela beleza e qualidade do produto, mas por ter participações nos lucros. Também trazia detalhes que denotassem características o povo onde a obra estava a ser realizada. Como as folhas de carvalho modeladas em bronze, que ornamentam o gradil da escada, embora o carvalho não seja uma árvore nativa sulina, ela tem uma simbologia, ela representa a força e vitalidades, comuns ao povo gaúcho. As obras iniciadas em 1909 e paralisadas em 1914. Em 1921 o governo instalou-se no prédio, que se encontrava inacabado, apenas o primeiro pavimento estava terminado, o andar superior e a ala residencial só foram concluídos em 1928.

O Palácio Piratini nunca foi inaugurado oficialmente. Ao mudar-se para o novo prédio ainda em construção, Borges de Medeiros ocupou o gabinete a ele destinado por Gras, no primeiro pavimento. Com as mudanças posteriores, o que era para ser a sala do governador é hoje a Casa Militar. Nesse tempo, muitas adaptações foram necessárias para acompanhar as mudanças resultantes das transformações históricas, e muitas áreas tiveram suas finalidades alteradas por se tornarem obsoletas, como, por exemplo, a Sala das Senhoras, atual Ante-Sala do Gabinete do Governador. As últimas construções significativas no Palácio Piratini ocorreram no início da década de 70, com o alargamento das escadas externas para os jardins, em 1971 foi construído na área externa o Galpão Crioulo, onde os visitantes são recebidos com demonstrações da culinária e da cultura tradicional gaúchas.

Em 1955, através de decreto do governador Ildo Meneghetti, foi outorgado o nome oficial de Palácio Piratini, uma homenagem a primeira capital da República Rio-Grandense durante o episódio da Revolução Farroupilha (1835-1845). Em 2000, o Piratini foi tombado como patrimônio histórico nacional integrando os sítios históricos das praças da Matriz e da Alfândega. É importante caracterizar que o tombamento é o instrumento legal com que contam as políticas de preservação, sendo bastante genérico, tem permitido implementar políticas nessa área que vão além da proteção do monumento arquitetônico isolado.

2. MARCAS DE RESISTÊNCIA

Ao longo dos últimos anos, o Palácio Piratini serviu de cenário para importantes fatos que marcaram a história brasileira e gaúcha do século 20. Foi de seu gabinete no Piratini que Getúlio Vargas liderou a Aliança Liberal, partido que iria deflagrar sob seu comando a Revolução de 30. Dos porões do palácio, Leonel Brizola comandou, em 1961, 104 emissoras de rádio e o movimento da Legalidade, que garantiu a posse do vice-presidente João Goulart, depois da renúncia de Jânio Quadros.

Durante a Campanha da Legalidade, que garantiria a posse do gaúcho João Goulart à Presidência da República, o palácio fora sitiado, barricadas foram erguidas na Praça da Matriz para proteger o governador Leonel Brizola, que organizou este ato de resistência, incendiando o animo do povo.

O caos se desenhou, quando o então ministro da Guerra, Odílio Denys, ordenou ao comandante do III Exército, general Machado Lopes e ao comandante da V Zona Área, brigadeiro Aureliano Passos, que bombardeassem o palácio. Denys deu tal ordem mesmo sabendo que boa parte da população aglomerava-se em vigília na Praça da Matriz e arredores, ajudando a proteger o Palácio. Mas entre a loucura de seu chefe e o espírito guerreiro do governador, o general preferiu aliar-se ao líder do Estado.



Paula Fiore/Palácio Piratini

A tragédia não se consumou graças à bravura de 30 sargentos do V Comar, que se rebelou contra a vontade do ministro e do brigadeiro e acabaram sendo presos em um hangar,

mas outros 70 sargentos se armaram, prenderam os oficiais, e libertaram os rebeldes. A ordem não foi acatada pelos soldados da base aérea de Canoas. Na ocasião, cerca de 30 mil pessoas estavam acampadas em frente ao Palácio, pedindo a posse de João Goulart na presidência da República. A mobilização do povo gaúcho atingia um nível surpreendente. O espírito cívico do povo gaúcho impregnava todos os espaços atingindo e envolvendo a tudo e a todos. E foi também no Piratini, no Salão Negrinho do Pastoreio, que em junho de 2004, cerca de seis mil gaúchos anônimos e lideranças políticas estaduais e nacionais se despediram de Brizola durante seu velório.

3. PATRIMÔNIO A SER PRESERVADO

Os patrimônios históricos dizem tudo sobre os costumes, as vivências e os fatos que marcaram a história de uma civilização, portanto uma população que vive num país ou numa cidade e que não conhece ou respeita os patrimônios históricos que seus antepassados construíram não conhece nada de sua própria história, porque uma população que não sabe sobre a história do lugar que vive não vai entender o presente e não terá perspectiva do futuro. Penso que os patrimônios históricos deveriam ter seus lugares assegurados nos currículos escolares dentro da disciplina de história, mas no Brasil as escolas e os professores são tão medíocres que perdem um tempão estudando as histórias de outros países e cultuando pessoas que nada fazem para o futuro do país. Schmidt (2006) aponta que a questão patrimonial está inexoravelmente ligada à questão cidadã porque se encontra no cerne da formulação de políticas de definição e preservação; é esta articulação que afasta o enfoque conservador para dar lugar à consciência do uso social do patrimônio, inclusive no espaço escolar.

Segundo Horta (1999), “a Educação Patrimonial é um instrumento de alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. É importante resgatar a história popular e as manifestações de cultura de cada localidade aliando o pensamento popular ao processo educativo para que todos tenham sempre o desejo de conhecer a herança infindável gerada pela sociedade e pela natureza. É de grande importância à sociedade procurar conhecer a própria história do patrono que dá nome a escola ou do nome da rua onde mora compreendendo a própria importância histórica dos personagens que muitas vezes ouvimos falar e não sabemos de seu papel no processo histórico e cultural de nosso povo. É importante

abrir espaços para discussões sobre a importância do patrimônio histórico e pelo desenvolvimento de atitudes que possam promover atos de valorização daquilo que pertence a todos.

A problemática encontrada para o uso da história local no ensino da História é a aceção e compreensão desse conceito, tendo-se em vista que reportam-se à história de pequenas localidades, o que vem provocando críticas e até descaso de alguns historiadores quanto a sua utilização. Na produção historiográfica, alguns autores indicam um novo enfoque sobre a história local motivado pelo interesse na história social, ou seja, a intenção de recuperar a história das sociedades como um todo, a história das pessoas comuns. A valorização da história local reflete nas propostas curriculares, podendo favorecer a recuperação de experiências fazendo-o vê-las como constitutivas de uma realidade histórica mais ampla e produzindo um conhecimento que em análise contribui para construção de uma consciência histórica

O estudo do meio e da localidade são indicadas como renovadoras do ensino da história e hígido ao desenvolvimento da aprendizagem, inserindo o aluno na comunidade da qual faz parte, criando suas próprias historicidade e identidade. A supervalorização dessa perspectiva de ensino ascendente, gera a ilusão de que a realidade imediata é a única fonte motivadora de conhecimento.

Sucedido de mais de elaborações de senso comum e da transposição mecânica de teorias de aprendizagem que de reflexões referentes a conteúdos específicos de História. Uma realidade local não é auto-explicativa, pois os problemas socioculturais e político-econômicos de uma localidade explicam-se também através da relação com outras localidades e a processos históricos mais amplos.

Ao propor o ensino da história local como indicadores da construção de identidade tenhamos marcos de referências relacionais, que devem ser conhecidos e situados como locais. A história local trará consigo uma maneira de pensar e fazer a História, em termos de aprendizagem e concepções, bastante problemáticas, a qual pode ser acrescida questões como anacronismo.

O estudo da história local ajuda a gerar atitudes investigativas pra reflexão acerca do sentido da realidade social, trabalhando com espaços menores facilita-se o estabelecimento de

continuidades e diferenças com as evidências de mudanças, conflitos e permanências. O local seria um recorte eleito por aquele que desejasse refletir sobre as experiências de sujeitos humanos em espaços sociais delimitados pelas proporções do que o saber matemático, no estabelecimento de mediações e grandezas, identificado como a unidade.

O trabalho com a história local pode ser instrumento idôneo para construção de uma história plural, menos homogênea que não silencie a multiplicidade de vozes dos sujeitos de história. O ensino da história local, por meio de medidas de amplo alcance, debates e discussões, podem viabilizar medidas pedagógicas que vão além da escola local e do próprio bairro, sendo utilizado como estratégia pedagógica para articular os temas em sala de aula.

O estudo da história contribui para uma compreensão múltipla da história, ao se perceber mais de um eixo histórico na história local, havendo a possibilidade de análise de micro-história pertencente a alguma história que as englobe e ao mesmo tempo reconheça suas particularidades, pois facilita a construção de problematizações, a apreensão de várias histórias.

A visão de várias pessoas sobre o mesmo contexto histórico, favorecendo a compreensão de como foi entendida por diferentes “testemunhas”, percebendo-se que a história é construída em torno das pessoas, lançando a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação, trazendo a história para dentro da comunidade extraindo suas histórias.

Criar espaços que retém evidências do viver humano, corroboram as ações de preservação de identidade, que são projetos de memória, pois valorizam a narrativa, resgatam documentos e objetos, criam símbolos, numa dimensão intrínseca, que se basta por si mesma, que pertence a determinado grupo. A discussão sobre história-memória é bastante pertinente para a compreensão das possibilidades e desenvolvimento de projetos de preservação da memória em todos os níveis da educação básica.

Deve-se aceitar limitações que a história local apresenta, seja pela própria natureza do tema ou pela impossibilidade de preencher um quadro histórico em todas as suas implicações, tendo-se em mente que os acontecimentos locais não são obrigatoriamente representativos de uma conjuntura regional ou mesmo nacional. A proximidade da situação proposta como objeto de estudo permite ao aluno utilizar os seus conhecimentos, as suas vivências

cotidianas, marcadas por seus interesses junto ao meio em que estão inseridos. Construir objetos de estudo centrados na história local pode apresentar-se como uma experiência potencializadora, capaz de articular um processo pela busca e confronto de dados. Favorecer a análise das transformações ocorridas, dos avanços e retrocesso verificados e das possibilidades de novas transformações pela ação dos sujeitos sociais.

Desenvolver projetos de história local demanda a necessidade de conhecimento e utilização dos bens culturais existentes na comunidade. Nesse sentido é importante compreender a relação entre o patrimônio cultural e a possibilidade de sua construção imaginária, os diferentes usos a que pode se prestar, as diferenciadas condições que a desigualdade social impões na sua composição, os objetivos implícitos em sua constituição, as possibilidades ilimitadas de sua existência no contexto do âmbito cultural e parâmetros que regem sua preservação e difusão. Exercer a cidadania encerra não só a memória como ação de selecionar e se apropriar de seus significados.

O patrimônio representado na cultura material e simbólica é resultado de um processo histórico, político e social. Por séculos, foram os museus e centros culturais que assumiram para si a concepção de conservação do patrimônio. Mas os museus e espaços de memória passam por mudanças. A pesquisa científica é a base para a construção de conhecimentos a partir de seus acervos que possuem ou escolhem como tema gerador de função social.

O estudo do meio e da localidade são indicadas como renovadoras do ensino da história e hígido ao desenvolvimento da aprendizagem, inserindo o aluno na comunidade da qual faz parte, criando suas próprias historicidade e identidade. A supervalorização dessa perspectiva de ensino ascendente gera a ilusão de que a realidade imediata é a única fonte motivadora de conhecimento. Fazer uso retoma a questão de pertencimento, aquilo que é memória individual, pode vir a ser memória coletiva. Volkmer explicita bastante a importância da acessibilidade a memória quando diz que: “O acesso à memória é direito de todos. O resgate de momentos e pessoas que contam nossa história deve ser permanente.”

A memória traz o significante e o significado, ou seja, o significante é o monumento, o patrimônio, enquanto o significado é aquilo que ele representa. Considerar tais representações abrem um leque de possibilidades infindáveis no ensino. Uma reflexão sobre o ensino faz-se importante, uma vez que se trata de um processo no qual a didática do professor interfere de forma decisiva no processo ensino-aprendizagem.

O resgate da memória, assim como sua preservação, insere o indivíduo no processo histórico, trazendo à tona noções de cidadania, e valores remetentes a coletividade. Onde nos permite a compreensão do processo amplamente e a sua inserção nesta. Podemos dizer que a preservação dos elementos nos apóia a construção do identitário de cada um. Reconhecer e debater a importância do patrimônio, são responsáveis por um dialogo fundamental para a reflexão acerca da cidadania e pertencimento do educando ao ambiente no qual esta inserido. Exercer a cidadania encerra não só a memória como ação de selecionar e se apropriar de seus significados.

CONCLUSÃO

A questão patrimonial esta inexoravelmente ligada à questão cidadã porque se encontra no cerne da formulação de políticas de definição e preservação; e esta articulação que afasta o enfoque conservador para dar lugar à consciência do uso social do patrimônio, inclusive no espaço escolar. A proximidade da situação proposta como objeto de estudo permite ao aluno utilizar os seus conhecimentos, as suas vivências cotidianas, marcadas por seus interesses junto ao meio em que estão inseridos. Percebe-se que a dinâmica junto aos educadores no trabalho com patrimônio cultural surge a partir da sistematização do conhecimento na educação, debruçando-se sobre os eixos de discussão relativos ao uso de documento histórico, suas linguagens e a história local e projetos de preservação de memória. Espaços que retenham evidências do viver humano corroboram a ações de preservação de identidade, em projetos de memória, pois valorizam a narrativa, resgatam documentos e objetos, criam símbolos, numa dimensão intrínseca, que se basta por si mesma, que pertence a determinado grupo.

A discussão sobre história-memória é bastante pertinente para a compreensão das possibilidades e desenvolvimento de projetos de preservação da memória em todos os níveis da educação básica. Conhecer a comunidade na qual se insere vem sendo apontada como rico objeto de estudo e de aproximação com a realidade cotidiana, assim entende-se que Educação Patrimonial toma o sentido de criação de consciência conservadora. Percebe-se que a dinâmica junto aos educadores no trabalho com patrimônio cultural surge a partir da sistematização do conhecimento na educação, debruçando-se sobre os eixos de discussão

relativos ao uso de documento histórico, suas linguagens e a história local e projetos de preservação de memória.

É preciso desenvolver a consciência de que o patrimônio é algo que faz parte de sua vida e precisa ser respeitado, valorizado e conservado para que não paguemos um preço triste pela destruição. É preciso promover práticas educativas que tenham objetivos de discutir a questão da valorização do patrimônio e da importância de um processo de cidadania ativa, consciente e voltada para o bem de todos. Para Luporini (2002) fazer este estudo da história local auxilia na insurgência de atitudes investigativas pra reflexão acerca do sentido da realidade social, trabalhando com espaços menores facilita-se o estabelecimento de continuidades e diferenças com as evidências de mudanças, conflitos e permanências.

Referência:

FERREIRA FILHO, Arthur. **Palácio Piratini**. Porto Alegre: IEL/DC/SECDT-RS, 1980.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras, GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

INFANTE, Sergio. Qualidade da memória urbana e da paisagem natural (p.21-26). In: **Anais do 2º congresso latino americano sobre cultura arquitetônica e urbanística**. Porto Alegre: Unidade Editorial Porto Alegre, 1997.

LUPORINI, Teresa Jussara. Educação patrimonial: projetos para a Educação Básica (pp. 325–338). In: **Ciências e Letras**, Porto Alegre: Faculdades Porto-Alegrenses de Educação, Ciências e Letras, n. 31, jan./jun. 2002.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2006. Cap. 7 – História local e o ensino da História. (pp. 111-124)

ZETTEL, Jaime. Reflexões sobre preservação do patrimônio cultural no Brasil (p.11-20). In: **Anais do 2º congresso latino americano sobre cultura arquitetônica e urbanística**. Porto Alegre: Unidade Editorial Porto Alegre, 1997.